

SAIR DA CRISE, LUTAR CONTRA A DESIGUALDADE

A pandemia expôs as contradições de um sistema capitalista em estagnação. A luta pelo bem comum, ecologista, feminista, antirracista e anticapitalista, é o seguro de futuro da humanidade. Resgatamos a solidariedade dos povos, reivindicamos a força de quem não se verga às desigualdades e à exploração, afirmamos a rebeldia de escolher o nosso próprio destino, construímos a esperança da alternativa socialista.

À devastação causada pela pandemia da Covid-19, à nova realidade da propagação da doença, à quebra sanitária que afeta as doenças não-Covid e à degradação de serviços públicos, juntam-se as sequelas de mercado: falências, desemprego, quebras salariais, picos de precariedade laboral e habitacional.

Portugal, refém da dívida e dos critérios restritivos de Bruxelas, condena-se a apertar o investimento e à dura redução de rendimentos das classes populares. Depois de um período de recuperação parcial dos direitos cortados pela troika, os setores mais vulneráveis da sociedade voltam a ser lançados no fosso da desigualdade. Esta é a tragédia social, a “resiliência” da concentração da riqueza numa elite que despreza a justiça social.

A experiência da “geringonça”, da qual o PS se afastou e que não quis reeditar, mostrou que era possível uma política que valorize salários, pensões e apoios sociais, mas esbarrou nas metas de déficit impostas por Bruxelas, aliás ultrapassadas pelo Governo.

O Bloco é a garantia de uma alternativa à esquerda que se opõe à desigualdade e se bate por uma política consistente que, na urgência da resposta à crise, promova a criação de emprego e os serviços do bem comum e rejeite a austeridade.

1. UMA PANDEMIA QUE MUDOU O MUNDO

A pandemia acelerou, súbita e brutalmente, a concentração de riqueza que marca o já longo ciclo de estagnação económica. Marcada pela instabilidade financeira e pela rapidez das alterações climáticas, a incerteza global amplia a via de assalto aos bens comuns e novas formas de rentismo. As burguesias radicalizam-se, disponíveis para discursos de ódio e manobras autoritárias na luta pela hegemonia. Enquanto isso, as mudanças sociais no contexto da contenção do contágio marcam o quotidiano de quem trabalha e condicionam a mobilização popular.

2. A PANDEMIA EXPÕE A DESUMANIDADE DA GLOBALIZAÇÃO

Ao cabo de um ano de pandemia, a ditadura chinesa refez-se do impacto inicial e recupera do choque económico, retomando a disputa da liderança do processo de acumulação de capital. Pelo seu lado, a negação da perigosidade do vírus, feita política de governo pela extrema-direita dos EUA e do Brasil e agravada pela inexistência ou precariedade de serviços de saúde de acesso universal, conduziu a enormes tragédias. A situação é ainda pior para a população dos países mais pobres, discriminada no acesso às vacinas. Com a investigação massivamente financiada por dinheiros públicos, as vacinas deveriam ser consideradas um bem comum, sem a possibilidade de privatização das patentes.

Este processo, em que a proteção dos interesses das farmacêuticas na produção da vacina está acima de qualquer critério de humanidade, foi classificado pela ONU como “uma catastrófica falência moral”. A privação de vacinas, em particular aos países do Sul, criará ciclos pandémicos que afetarão o mundo inteiro, agravando as crises sociais e económicas e acentuando as desigualdades Norte-Sul e dentro dos próprios países.

Invisibilizada pela crise pandémica, a criminosa gestão da crise migratória no Mediterrâneo prossegue inalterada, expondo a hipocrisia humanitária de uma União Europeia que não se exclui dos maus exemplos internacionais. Internamente, a UE continua a reproduzir desigualdades, secundarizando a coesão. Externamente, financia campos de concentração às suas portas.

A pandemia também não interrompeu disputas regionais que estavam em curso, nem travou o aumento das tensões militares entre as potências internacionais, muito marcado pela nova corrida armamentista. Pelo contrário, criou novas formas de ataque, como o *apartheid* sanitário ao povo palestino pelo Estado de Israel. A Carta da ONU continua a ser o contrato que define as regras para a paz.

3. A CATÁSTROFE CLIMÁTICA SÓ DESAPARECEU DAS NOTÍCIAS

A economia do abuso conduziu o planeta à crise climática. A destruição dos ecossistemas e a contínua extração de recursos naturais agrava a crise e deixa o território e as populações mais vulneráveis aos efeitos dos eventos climáticos extremos. A progressiva ocupação humana de territórios selvagens incrementa o risco de contacto com novos microorganismos e, portanto, de novas pandemias com efeitos económicos e sociais devastadores.

O regresso dos Estados Unidos da América ao Acordo de Paris é uma boa notícia, mas que nada nos diz sobre o futuro. Os governos continuam a fazer de conta que Paris, se fosse cumprido, seria suficiente. Não seria, e nem mesmo esses objetivos, apesar de insuficientes, a Europa quer cumprir.

A transição energética tem sido usada para camuflar decisões de gestão com efeitos sociais pesados, em vez de configurar uma política de criação e reconversão de emprego para salvar o clima e a economia tornando sustentáveis a produção, o transporte, o consumo e a mobilidade e de combate à pobreza energética.

4. FALTA CREDIBILIDADE À RESPOSTA EUROPEIA

A crise pandémica aprofunda as assimetrias entre os Estados da moeda única. Os fundos para a recuperação económica anunciam-se tardios, insuficientes e, em grande parte, geradores de nova dívida. É certo que o tabu alemão sobre a mutualização de dívida foi parcialmente quebrado. Mas enquanto a economia da Alemanha beneficia de enormes ajudas de Estado, os governos dos países mais endividados submetem-se voluntariamente ao estrangulamento orçamental, por preverem que os défices agora autorizados venham a desencadear pressões austeritárias no futuro próximo. Nem foi quebrado o tabu do financiamento direto do BCE aos Estados, nem estão em causa as regras orçamentais que, crise após crise, se têm revelado contraproducentes. Com estas regras, os recursos financeiros agora mobilizados podem mesmo agravar as assimetrias já existentes na União, como prova a disparidade entre planos nacionais de resposta à crise.

Nenhum programa de reconstrução terá alcance suficiente se não incluir a reestruturação das dívidas soberanas (em particular a dívida que é detida pelo Banco Central Europeu) e a ruptura com os tratados neoliberais que atacam serviços públicos e o investimento dos Estados. Nenhum programa de reconstrução será mobilizador se for capturado por interesses privados e se alimentar a corrupção do regime que recusa criminalizar o enriquecimento ilícito.

5. PORTUGAL, O BOM ALUNO PRESO AOS SEUS BLOQUEIOS

Face à eclosão da pandemia, o Bloco de Esquerda logo reconheceu que, para conter a contaminação e tal como indicado pelas autoridades de saúde, eram necessárias medidas de limitação de contactos sociais, o que implica restrições excepcionais ao direito constitucional de livre circulação. Assim, viabilizamos no Parlamento os sucessivos decretos do estado de emergência. Com o seu voto, o Bloco tem sublinhado que essas restrições não são acompanhadas de compensações e apoios à altura dos efeitos económicos do confinamento massivo, penalizando as e os trabalhadores e as classes populares.



Foi ainda sob esse prisma que, face ao choque inicial da pandemia, o Bloco viabilizou um Orçamento Suplementar em 2020, estritamente necessário para assegurar o reforço da saúde e proteção social. Que estas medidas tenham ficado, em grande parte, por executar comprova a opção do governo por uma política de contenção, logo quando ela é mais inadequada.

Na negociação do Orçamento do Estado para 2021, o Bloco definiu condições claras que o Partido Socialista recusou:

- efetiva recuperação do SNS, com maior investimento e com carreiras atrativas, que recompensem a dedicação exclusiva de médicos e enfermeiros e retenham o pessoal auxiliar no serviço público;
- reforço consistente da proteção social, com recuperação dos subsídios de desemprego e fixação de apoios que assegurem às vítimas da crise um rendimento acima do limiar da pobreza;
- penalização dos despedimentos sob pandemia e sua proibição nas empresas apoiadas, combate às velhas e novas formas de precariedade laboral e reposição de direitos laborais eliminados pela troika na contratação coletiva, nas regras de indemnização por despedimento, nos dias de férias, no banco de horas grupal;
- rigor face aos abusos da banca, rompendo o tabu que mantém a política financeira governada por acordos de bloco central.

Logo nos primeiros meses de vigência do Orçamento, comprovou-se a sua inadequação nas áreas da saúde, dos apoios sociais e dos abusos laborais, levando o próprio governo a adotar algumas das medidas que, mesmo insuficientes, tinha recusado na negociação com o Bloco.

No futuro imediato, as escolhas orçamentais continuam a decidir-se na resposta àquelas questões, bem como às do investimento público para o emprego e para a transição climática.

A escolha pelo PS de uma via centrista recia uma tática que já vimos falhar em vários países. A aliança que vai dos partidos socialistas aos liberais, de António Costa a Macron, exclui novos avanços sociais do diálogo à esquerda. Sobra apenas a tentativa de chantagem sobre a perda do poder para a direita.

6. EM PLENA CRISE, O GOVERNO INSTALA-SE NO CONTINUISMO

Depois de uma estratégia de provocação e ensaio de crise política, vinda já do final da legislatura anterior, o governo do Partido Socialista tem continuado a procurar impor, em cada negociação, uma estratégia de contenção de despesa. Essa estratégia já era errada antes da pandemia: face à oportunidade da atual conjuntura (juros baixos, menor pressão europeia), o congelamento de investimentos e a manutenção de bloqueios estruturais torna-se parte da catástrofe que Portugal vive. Essas opções parecem ignorar a contínua degradação do SNS e o aumento da pobreza. O desastre está em curso e o fim das moratórias de pagamento de créditos bancários é uma bomba-relógio. Todavia, apesar do investimento público em falta, os lucros das PPP continuam intocáveis e o governo apressa-se a cumprir os 2% do PIB para a Defesa, exigidos pela NATO.

Confortada à direita pelo apoio do Presidente da República e legitimada pelo PCP e pelo PAN, a política de débeis paliativos permite ao PS expandir-se no centro político, que ocupa sozinho desde que o PSD confirmou a sua dependência tácita de uma aliança com a extrema-direita.

7. A RECOMPOSIÇÃO DA DIREITA É UMA RADICALIZAÇÃO

A direita continua minoritária no Parlamento e no país. O CDS desaparece, Rui Rio tenta sobreviver aos partidários de Passos Coelho. Na recomposição em curso, destacam-se dois novos pólos, um de extrema-direita e outro ultra-liberal, que aliás partilham o mesmo programa económico, assente no favor fiscal aos mais ricos e na privatização dos serviços públicos. A radicalização do conjunto da direita, herdeira da troika, hostil ao Estado social e

no caso do Chega abertamente racista, é um processo com correspondência internacional. O mandato de Trump nos Estados Unidos forneceu alento, cultura e recursos a uma corrente que sobrevive ao seu ícone e dinamiza esta radicalização (Liga de Salvini, União Nacional de Le Pen, Vox de Abascal, etc).

Mas não existe qualquer fatalidade democrática que atribua à direita radicalizada um lugar no governo ou um destino de poder. Pelo contrário, ela pode ser derrotada se a potência das alternativas à esquerda lograr responder à maioria e aos setores mais penalizados na crise.

8. DESFAZER OS NÓS DA CRISE, RECONSTRUIR O PAÍS

A criação de um caminho que responda à crise reforça a centralidade de serviços públicos universais e de qualidade, promotores de coesão social e territorial. Esta resposta não se limita a combater debilidades crónicas e só ela é capaz de novas respostas para os desafios deste tempo. O SNS e a Escola Pública são pilares da democracia social.

O Serviço Nacional de Saúde mostrou-se fundamental na resposta à crise pandémica, mantendo a resposta universal mesmo quando os privados fechavam as portas a doentes com Covid-19. O reforço de profissionais é essencial para recuperar a atividade programada que a pandemia adiou e só pode ser conseguido com as medidas para fixar profissionais, impedindo a permanente sangria para o privado. A criação e redefinição de carreiras, com incentivos à dedicação em exclusivo ao trabalho no SNS, é o caminho para garantir direitos de profissionais e utentes. O investimento em infraestruturas e a reorganização dos serviços - centrados no utente, com novas respostas na saúde mental como na doença crónica e para o envelhecimento -, são fundamentais para a modernização do SNS.

A pandemia expôs os estrangulamentos estruturais da Escola Pública. Um futuro de qualidade depende do reforço de docentes e de pessoal não docente, da redução do número de alunos por turma, da garantia do acesso individual a recursos digitais e da gestão participada e coletiva das escolas, garantia democrática sobre os espaços educativos. No imediato, exige programas de recuperação das aprendizagens, sobretudo para as crianças cujo desenvolvimento foi mais afetado pelo confinamento. Não desistimos de lutar por um Ensino Superior e um Sistema Científico como serviços públicos: no horizonte, estão os 3% do PIB para a ciência, o fim das propinas, o alojamento para todos e a democratização do acesso.

A Cultura é parte integrante da democracia; a sua recuperação não se fará sem a garantia de direitos laborais e níveis de investimento público consistentes. Os equipamentos culturais são o princípio de uma rede de serviços para o acesso universal ao Património e às Artes. Também no desporto, a recuperação deve ser acompanhada de mecanismos para o garante da democratização do acesso.

Nesta reconstrução, o país deverá adotar políticas de inclusão dos mais velhos, reforçando os atuais apoios sociais, insuficientes para combater a indignidade e a solidão. A pandemia expôs ainda mais a necessidade de políticas públicas: da rigorosa fiscalização da rede de lares à criação de alternativas à institucionalização e de fomento da autonomia, assim como à efetivação dos avanços previstos no Estatuto do Cuidador Informal. As respostas de apoio à família e ao longo da vida não podem ficar dependentes apenas do setor social. Das creches às respostas à terceira idade, é tempo de construir também redes públicas de equipamentos sociais.

A sustentabilidade da Segurança Social e a constituição de fontes alternativas de financiamento são condições para a redução da idade da reforma, central no respeito pelas vidas de trabalho. Deve ser ainda reforçado o apoio a quem perdeu emprego ou rendimentos durante a pandemia, garantindo que ninguém fica para trás. Também as pessoas com deficiência devem ver reforçada a Prestação Social para a Inclusão e concretizada a lei da vida independente.

A modernização da Administração Pública é passo fundamental para o progresso do país, reforçando a celeridade da Justiça e eliminando as barreiras dos custos de acesso, promovendo meios e mecanismos para um combate eficaz à corrupção e ao crime económico, garantindo uma Proteção Civil apta para os desafios do presente, formando forças de segurança rigorosamente defensoras dos direitos fundamentais, livres de elementos racistas e de incursões de extrema-direita.



O plano de reconstrução não pode ser norteado pelas regras do euro e do pacto orçamental, superando a orientação neoliberal que lhes deu origem, garantindo o investimento público criador de emprego e de combate às desigualdades.

Esses objetivos obrigam a políticas públicas fortes que garantam a reestruturação das moratórias dos créditos, em particular do crédito à habitação, com planos de longo prazo para o seu cumprimento, investimento para garantir um parque habitacional à altura das necessidades, acompanhado de uma lei de arrendamento justa e do fim dos regimes de privilégio, impedindo a especulação. Dessas políticas sociais fortes faz parte a recuperação do controlo público das empresas estratégicas.

Dar vida à economia é colocar o investimento público a garantir uma transição justa no combate às alterações climáticas e na promoção da coesão territorial, a manutenção de equipamentos e infraestruturas e a modernização dos setores mais atrasados da economia, dando passos sérios na soberania alimentar. Prevenir o desastre ambiental é recusar o modelo extrativista das monoculturas intensivas e da mineração intensiva, sem estudo de impacto e sem garantias de reposição do ecossistema, como é o caso dos recentes projetos de aproveitamento do lítio.

As secas severas, as grandes ondas de calor, os ventos e as precipitações extremas afetam o país e as populações de forma desigual, agudizando as desigualdades sociais e as assimetrias territoriais. Só uma mudança estrutural da política pública, rumo à justiça climática, poderá permitir a mitigação e a adaptação do território, capacitando as populações para prevenir e fazer frente a estes eventos, evitando a repetição de catástrofes como os grandes incêndios de 2017.

Prevenir a catástrofe climática e defender as pessoas é desenvolver e eletrificar o transporte público, ferroviário e rodoviário, reduzir os automóveis nas cidades, contrariar o despovoamento do interior; adaptar o território e a produção, com uma nova política agrícola e florestal, proteger os recursos hídricos, eliminar os plásticos descartáveis e de uso único, produzir energias renováveis, com foco na solar descentralizada.

9. NEM UM PASSO ATRÁS NOS DIREITOS E NA DEMOCRACIA

A luta por uma sociedade justa e uma cidadania plena para quem dela faz parte, sem discriminações, como as por género, orientação sexual ou pertença étnico-racial, é um processo emancipatório que está longe de estar concluído.

A violência machista, ferida aberta na sociedade, exige um combate sem concessões. Esse combate está intrinsecamente ligado ao fim de todas as discriminações. As mulheres não aceitam que a igualdade se limite à letra da lei e o Bloco, que muito se bateu e conseguiu avanços legais, continuará a responder à diversidade das reivindicações de um movimento feminista que exige transformações sociais.

A pandemia expôs ainda, com toda a violência, a discriminação a que são quotidianamente sujeitas as pessoas mais velhas e as pessoas com deficiência. Uma exclusão silenciosa e que tem de ser denunciada e combatida.

Os avanços ao nível da autodeterminação de género e do respeito pelas diferentes orientações sexuais precisam de ser aprofundados, nomeadamente na relação dos serviços públicos com esta população. Na vida social, é fundamental assumir por inteiro o respeito pelas pessoas LGBTI+.

A emergência cidadã na luta pelos direitos dos homens e mulheres migrantes exige a rejeição da xenofobia, a sua regularização com títulos de residência e a conquista de direitos políticos que lhes permita o voto nas eleições nacionais. De igual modo, as pessoas refugiadas e requerentes de asilo que procuram em Portugal a paz e a proteção que lhes é negada nos seus países – tantas vezes assolados por problemas criados ou tolerados pela mesma Europa-Foraleza que os rejeita – devem ver os seus direitos respeitados e ser acolhidas com políticas solidárias e humanistas.

A superação do racismo estrutural como sistema de opressão e discriminação, que reproduz desigualdades e condiciona o lugar que cada pessoa ou comunidade ocupa na sociedade em função da sua pertença étnico-racial, é um imperativo do projeto socialista do século XXI.

A direita radicalizada lança uma odiosa reação política aos objetivos igualitários e tenta forçar o seu recuo pela afirmação violenta do capitalismo, do patriarcado, do racismo, da homofobia e da transfobia. A normalização dessa violência, que tem aliados ao centro, é parte do projeto de reconfiguração e radicalização da direita. O Bloco não aceita nenhum recuo e formará maiorias sociais para combater a agenda do medo.

A tentativa de regressão cultural como vingança do 25 de Abril glorifica o colonialismo e, assim, o racismo que o sustentou. A luta de ideias passa pela desmistificação dessa narrativa que ciclicamente anima o nacionalismo reacionário e que pretende branquear a História e legitimar o imperialismo e as guerras coloniais.

10. UMA TRANSFORMAÇÃO NO TRABALHO E NA PROTEÇÃO SOCIAL

Os acordos celebrados em 2015, entre PS e os partidos à sua esquerda, originaram uma visível descompressão social e o Bloco desenvolveu importantes articulações com setores mobilizados da classe trabalhadora em lutas sindicais e associativas. No entanto, o crescimento abrupto do desemprego e da pobreza e o ambiente de receio que a pandemia instalou, associados às dificuldades há muito identificadas no movimento sindical e ao bloqueio imposto pelo PS à recuperação de direitos do trabalho, são obstáculos que as lutas sociais têm de enfrentar.

A esquerda é hoje convocada para uma grande transformação no trabalho e na proteção social. Em termos programáticos, ela passa por uma agenda estrutural: reconstruir a contratação coletiva, repondo na lei o tratamento mais favorável e acabando com a caducidade unilateral; reduzir o horário de trabalho para as 35 horas, evitando a armadilha da conexão permanente às novas tecnologias e defendendo o direito a desligar; ampliar a agenda de direitos, com o combate à desigualdade salarial e de género e à discriminação dos trabalhadores migrantes, com a regulação dos turnos, da laboração contínua e do teletrabalho, com a exigência de contratos para trabalhadores das plataformas; combater velhas e novas formas de precarização pelo trabalho temporário, a subcontratação, o abuso dos contratos a prazo e a deslaboralização do trabalho, com alterações na lei mas também com a garantia da sua fiscalização e efetividade. Em termos de intervenção, ela implica reconstruir a organização das e dos trabalhadores para a luta de classes, democratizando as estruturas sindicais e promovendo a representação e a auto-organização dos setores mais precarizados, pondo em diálogo sindicatos, comissões de trabalhadores e plataformas e coletivos de precários.

O pleno emprego, ligado à justiça climática e assente em vínculos protegidos, é um objetivo para deslocar a relação de forças social a favor do trabalho, que permite expandir a democracia ao mundo do trabalho e enfrentar a exploração.

Na proteção social, o Bloco bate-se pela convergência progressiva das pensões mais baixas com o salário mínimo, pela fixação da idade da reforma, pelo alargamento e transformação da proteção no desemprego, pela garantia de uma proteção social que tome o limiar de pobreza como patamar mínimo dos apoios sociais, por uma nova política de cuidados que crie respostas sociais públicas em todo o território, acessíveis e promotoras da autonomia.

11. JOVENS NAS MUITAS LUTAS

A mobilização das gerações mais jovens foi determinante para o crescimento dos movimentos climático, feminista e antirracista, pelo bem-estar animal, em Portugal como no resto do mundo. As e os jovens do Bloco dão força a estas mobilizações e ao movimento estudantil, promovendo a sua articulação com a proposta anticapitalista, a única capaz de responder às suas reivindicações. A intervenção em movimentos amplos é chave para isolar a extrema-direita.

A juventude de hoje não aceita que uma parte dela - afrodescendente, cigana ou imigrante - seja excluída da cidadania ou tenha os direitos limitados. Exigem participar de pleno direito em todas as esferas da sociedade. E, nesse movimento de afirmação, questionam todos os obstáculos à sua liberdade e identidade. Uma juventude que incorpora com orgulho a sua diversidade de origens culturais é uma forte barreira contra a direita radicalizada.

12. ORGANIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E ATIVISMO

O Bloco de Esquerda promove plataformas de ação e participa na organização do movimento popular, devendo articular as escalas de intervenção nacional, regional e local e alargar a participação das e dos aderentes nas iniciativas e movimentos sociais com que dialogam.

Perante as dificuldades que a pandemia colocou à atividade política, novas iniciativas de articulação ativista setorial e local provaram-se fundamentais na capacidade de intervenção e iniciativa do Bloco. Foi assim com a plataforma Despedimentos.pt, o site Interior do Avesso, o grupo de trabalho sobre saúde ou o grupo de apoio autárquico que, em articulação com as iniciativas das coordenadoras nacionais e o Esquerda.net, tornaram possível uma iniciativa consistente junto das vítimas da crise e na proposta de resposta à crise, afirmando o Bloco como interlocutor de vastas camadas da população. Este percurso deve ser aprofundado e alargado.

13. A EXPRESSÃO DA ALTERNATIVA, TAMBÉM NAS AUTARQUIAS

A crise pandémica acentuou as desigualdades regionais, opondo crescentemente os centros às periferias e cavando mais fundo o fosso entre o interior e o litoral. Mantendo os fatores de atraso do país, PS e Presidente da República negaram a Regionalização, mas o Bloco mantém esse objetivo. O Bloco não se resigna à inevitabilidade de um país a várias velocidades e empenha-se na criação de uma escala regional de participação democrática, através de um processo de Regionalização capaz de conquistar uma maioria.

Cabe-nos valorizar a Autonomia Regional dos Açores e da Madeira, defendendo a democratização e o desenvolvimento das Regiões Autónomas.

O Bloco tem como objetivo o aumento e rejuvenescimento da sua representação nos municípios e freguesias. O Bloco apresenta listas próprias, abertas à participação de candidatos independentes e não realizará coligações nem com a direita nem com o PS. O Bloco poderá renovar coligações ou o apoio a movimentos de cidadãos com balanço positivo.

As candidaturas do Bloco bater-se-ão por políticas urbanas integradas de esquerda que constroem concelhos para todos, pela defesa dos bens comuns, combatendo a agenda privatizadora da direita, empenham-se na construção de políticas sociais que não deixem ninguém para trás, garantindo o direito à habitação e o acesso à água como valor universal, colocando no centro da agenda do poder local a transição climática das nossas cidades, vilas e aldeias, comprometendo-se com uma revolução na mobilidade e no acesso gratuito aos transportes públicos locais, descarbonizando a economia e promovendo a eficiência energética.

Em cada executivo, o Bloco está disponível para todas as responsabilidades, contribuindo para a formação de maiorias que, excluindo os partidos de direita, assentem em compromissos sobre medidas fundamentais.

Considerando as freguesias como espaços de afirmação de identidade local e de representação democrática, consagrados constitucionalmente, urge estabelecer o regime jurídico de uma lei-quadro das freguesias que permita reparar o vazio legal sobre esta matéria e as freguesias extintas sob a troika, sempre que essa seja a vontade expressa da população.

14. SOCIALISMO É SINAL DE ESPERANÇA

O projeto socialista, refletido nas jornadas populares do 25 de Abril, torna-se uma necessidade do nosso tempo e da civilização. A privatização do ter e do saber anda a par do défice da democracia política. O combate de hoje pela afirmação do Estado Social e de um setor público estratégico que impeça o capitalismo da barbárie promove a mobilização do povo trabalhador como sujeito político determinante.

O progresso tecnológico tem sido colocado ao serviço da acumulação de capital. As desigualdades sociais persistem e ganham novas expressões, assim como as formas informais de trabalho, sem vínculos nem horários. Só um



projeto socialista pode colocar a tecnologia a servir a erradicação da fome, da miséria e a melhoria das condições laborais.

A globalização financeira, assente nos paraísos fiscais que promovem a fuga ao fisco e a criminalidade económica, tem sido usada contra o direito soberano de impor transparência fiscal. O Bloco luta pelo fim das zonas de crime financeiro, pelo controlo dos movimentos de capitais, pelo imposto progressivo e sobre as fortunas e pela promoção do controlo público dos setores estratégicos da economia.

O combate à desigualdade precisa, para além do imposto progressivo e sobre as fortunas, da receita direta da propriedade social e pública.

No âmago dos movimentos populares pelo Pão e pelo Clima só uma perspetiva socialista concilia o ecossistema e o trabalho libertado da exploração. A solidariedade humana é a medida do internacionalismo que enfrenta as disputas imperiais. Com frequência, procura contrapor-se a luta pela democracia a uma pretensa inoportunidade da luta socialista. Mas é a luta radical pela democracia que aponta à possibilidade e à urgência do socialismo.